CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO
PRAÇA DA REPÚBLICA, 53 - FONE: 255.20.44 - CEP: 01045-903
FAX Nº 231-1518

PROCESSO CEE Nº: 714/93
INTERESSADA : Silvana Tagliatti
ASSUNTO : Recurso contra decisão da Faculdade
de Medicina de Jundiaí
RELATOR : Cons. Arthur Roquete de Macedo
PARECER CEE Nº 106/94 - CETG - Aprovado em 02-03-94

CONSELHO PLENO

1. RELATÓRIO

1.1 HISTÓRICO

Silvana Tagliatti, RG nº 14.218.316 SSP/SP, reintegrada como estudante do 6º ano do Curso de Medicina da Faculdade de Medicina de Jundiaí, depois de ter sido desligada do referido curso por infração disciplinar (Portaria FMJ 51/90, de 07-08-90), solicita deste Conselho a homologação da decisão da Congregação da FMJ, datada de 05-12-92, que a reintegrou à instituição, "ad referendum" do CEE.

Solicitação semelhante fora encaminhada ao CEE pela Direção da Faculdade, em documento datado de 23-04-93. Contudo, pelo fato de tal requerimento não ter sido localizado neste Conselho, a requerente, por seus advogados, reitera aquele pedido. Cópia do Ofício do Sr. Diretor da Faculdade, juntada ao requerimento (doc. de fls 59), informa que a interessada está frequentando o curso desde 11-01-93, "condicionalmente a Parecer deste Conselho".

PROCESSO CEE Nº 714/93

PARECER CEE Nº 106/94

Verifica-se, com base nas informações e documentos contidos nos autos, que a interessada, após o desligamento, buscou transferir-se para a Universidade de Taubaté. Contudo, segundo os advogados da requerente, por ter sido incluído no Histórico Escolar da aluna o registro da punição (contrariando, aliás, o disposto no Regimento da Faculdade), a transferência tornou-se inviável.

A reintegração à Faculdade ocorreu por decisão da Congregação, ante pedido de perdão formulado pela interessada, endereçado à Direção e à Congregação e datado de 17-11-92.

1.2 APRECIÇÃO

O desligamento da aluna Silvana Tagliatti, por motivos disciplinares, decorreu de decisão da Congregação que, à vista dos fatos e informações então disponíveis, enquadrou o caso em determinado dispositivo regimental. Em função de fatos novos e, especialmente, à vista do pedido de perdão apresentado pela interessada, a Congregação da FM, competente para decidir sobre o assunto, reformulou sua decisão anterior, autorizando a reintegração da aluna ao Curso de Medicina.

A interessada, que iniciou o Curso em 1984, realizou seus estudos de forma regular e com bom aproveitamento até o ato de desligamento, ocorrido em agosto de 1990. Permaneceu afastada da Faculdade por mais de dois anos, até 11 de janeiro de 1993, quando foi autorizada,

PROCESSO CEE Nº 714/93

PARECER CEE Nº 106/94

condicionalmente, a matricular se no 6º ano do Curso. Nesta data, já estava praticamente extinto o prazo máximo de 9 anos estabelecido pelo Conselho Federal de Educação para a integralização do currículo do Curso de Medicina. Conclui-se, portanto, que a Faculdade, ao reintegrar a aluna com vistas a permitir-lhe a conclusão do curso, concedeu-lhe, implicitamente, dilatação do prazo acima referido, com base na competência reconhecida aos colegiados superiores das instituições de ensino, em casos de força maior, conforme o disposto na Res. CFE nº 05, de 26-11-87.

Tal concessão, portanto, deverá ser formalizada pela Faculdade, considerado o tempo necessário à conclusão do curso.

2. CONCLUSÃO

2.1 É regular a situação escolar da aluna Silvana Tagliatti, matriculada no 6º ano da Faculdade de Medicina de Jundiaí, mediante reintegração.

2.2 A Faculdade deverá formalizar a concessão de ampliação de prazo para a integralização do currículo, à vista do tempo efetivamente necessário à conclusão do curso pela interessada, com fundamento na Res. CFE nº 05, de 26-11-87.

São Paulo, 26 de janeiro de 1994.

a) Cons. Arthur Roquete de Macedo

Relator

PROCESSO CEE Nº 714/93

PARECER CEE Nº 106/94

3. DECISÃO DA CÂMARA

A CÂMARA DO ENSINO DO TERCEIRO GRAU adota, como seu Parecer, o Voto do Relator.

Presentes os Conselheiros: Arthur Roquete de Macedo, Celso de Rui Beisiogel, Afonso Celso Fraga Sampaio Amaral, Nicolau Tortamano, Roberto Moreira e "ad hoc" Domingas Maria do Carmo Rodrigues Primiano.

Sala das Sessões, aos 02 de fevereiro de 1994.

a) Cons. Arthur Roquete de Macedo

Presidente - CETG

DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO

O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO aprova, por unanimidade, a decisão da Câmara do Ensino do Terceiro Grau, nos termos do Voto do Relator.

Sala "Carlos Pasquale" em 02 de março de 1994.

a) Cons. José Mário Pires Azanha

Presidente